A administração pública pode realizar o Termo Aditivo do seu contrato administrativo, desde que presente o interesse público e esteja dentro das hipóteses autorizadas na Lei 8.666/93.

Com efeito, a Lei n.º 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente, nas hipóteses elencadas no art. 57, dentre elas, tem-se a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua pela administração pública.

Para a prorrogação desses contratos, faz-se necessária, antes de tudo, a presença dos requisitos legais previstos no art. 57, II e § 2.º, verbis:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos.

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

§ 3º É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.

§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses.

Da análise dos dispositivos transcritos acima e ao aplicarmos **in caso**, destacamos que o presente contrato preenche os requisitos necessários para realização do pretendido Termo Aditivo de prazo, uma vez que estamos diante da prestação de serviço público de caráter

continuo e ao considerarmos o termo inicial do contrato o pretendido Termo Aditivo de prazo não irá exceder a sessenta meses.

Devemos ainda ressaltar que a postergação do prazo contratual deve ser de iguais e sucessivos períodos, desta forma a vigência contratual poderá ser postergada pelo mesmo anteriormente contratado, devendo ser observado o término do exercício financeiro para contratação, sendo assim o presente aditivo de prazo deve-se encerrar em 31/12/2018.